



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009

Secretaria Municipal de Administração

PM SA OF Nº 227/2019

Sant'Ana do Livramento, Em 08 de julho de 2019.

Senhor Presidente:

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, em atenção ao Ofício nº 250/2019/CM-LL, de diligência feito pelo sr. vereador Aquiles Pires informamos que para a aplicação da referida lei, no âmbito da Prefeitura Municipal, seria necessário que:

- Inclusão do inciso VI no Art. 128º da lei 2620/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município);
- Inclusão do inciso V no Art. 12º da lei 7316/2018 (Admissão de Pessoal por Tempo Determinado);
- A servidora, vítima de violência, apresentar junto a Diretoria de Serviços de Pessoal a determinação judicial de acordo com o Art. 9º da lei 11340/2006;

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§1º O Juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programa assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§2º O Juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - * **manutenção do vínculo trabalhista**, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

*** Não faz distinção entre regime estatutário, tempo determinado ou extra-quadro.**

- O Setor de Folha de Pagamento parametrizar, no seu sistema de gestão, este novo afastamento remunerado conforme o Art. 2º e 3º do projeto de lei.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.




SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Ver. MAURÍCIO BOFILL DEL FABRO

M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Sant'Ana do Livramento – RS.